Relatório de Actividades 2011

1. Circulares do ICOM-Portugal 2
2. Declarações e Comunicados Públicos 2
3. Organização de Encontros 2
4. Boletim *Informação ICOM.PT* 3
5. Conselho Nacional de Cultura (Secção Museus e Conservação) 4
6. Projectos 4
7. Direcção ICOM-Europa 4
8. European Museum Forum 4
9. Visitas ICOM Paris 4
10. Colaboração com o GAM 5
11. Actividades Regulares 5
    A. Assembleias Gerais
    B. Participação em Reuniões e Encontros
    C. Reuniões da Direcção
    D. Relações com ICOM Paris
    E. Dia Internacional dos Museus
    F. Auditoria de Contas
    G. Outras Actividades Quotidianas
12. Novos Membros 8
13. Apoios 8
14. Contas 8
15. Quem Somos 9
16. Anexos 9

1. CIRCULARES DO ICOM-PORTUGAL

Circular 1A/2011
Janeiro de 2011, referente ao valor anual das quotas.

2. DECLARAÇÕES E COMUNICADOS PÚBLICOS

Preservação e Valorização do Património da Saúde na Colina de Santana, Lisboa
Direcção ICOM-PT
Janeiro 2011

Os Desafios da Política de Museus em Tempo de Crise
Direcção ICOM-PT
18 de Outubro de 2011

3. ORGANIZAÇÃO DE ENCONTROS

Por iniciativa do ICOM-PT realizaram-se em 2011 os seguintes encontros e debates:

Encontro Informativo
O Potencial do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida para os Museus e seus Profissionais
24 de Janeiro de 2011
Auditório do Museu da Cerâmica de Sacavém
Organização conjunta do ICOM-PT, Mapa das Ideias, Câmara Municipal de Loures e Agência Nacional Proalv

Encontro Nacional
Serviços Educativos em Portugal: Ponto da Situação
7 de Fevereiro de 2011
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa

IX Jornadas do ICOM
Museus e Memória: Os objectos contam a nossa história
Incluiu Assembleia Geral do ICOM
28 de Março de 2011
Museu das Comunicações, Lisboa

Seminário
Água, Cultura e Património
18 de Abril de 2011
Museu Nacional de Etnologia, Lisboa
Co-organização com ICOMOS, IGESPAR, IMC, CNA, CNC, ARHTejo, Quercus, GEOTA, GECORPA, CPADA

Debate
Políticas de Património Cultural: Balanço Recente, Perspectivas Próximas
2 de Maio de 2011
Cinema S. Jorge, Lisboa
Co-organização com ICOMOS, PP-CULT

Conferência Internacional
XVI Reunião Trianual do ICOM-CC (Conservação e Restauro)
19-23 de Setembro de 2011
Antiga FIL, Lisboa
Co-organização com ICOM-CC, IMC, ARPA e Archeofactu

Conferência Internacional
XI Reunião do ICOM-UMAC (Museus e Colecções Universitárias)
21-25 de Setembro de 2011
Museu de Ciência da Universidade de Lisboa
Co-organização com ICOM-UMAC e Universidade de Lisboa

Conferência Internacional
VI Encontro ICOM-CPLP (Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa
26-27 de Setembro de 2011
Museu do Oriente, Lisboa
Co-organização com ICOM Internacional, CPLP, UCCLA e Museu do Oriente

Encontros de Outono
Museu e Sustentabilidade Financeira
7 de Novembro de 2011
Museu Nacional Soares dos Reis, Porto

Debate
Os Desafios da Política de Museus em Tempo de Crise
9 de Novembro de 2011
Museu da Electricidade, Lisboa

4. BOLETIM *Informação ICOM.PT*

Foram publicados em versão electrónica quatro números do Boletim *Informação ICOM.PT* (Dez10-Fev11, Mar-Maio11, Jun-Ago11, Set-Nov11).
A responsabilidade da edição foi de Maria Vlachou, que contou em 2011 com o apoio de Paula Menino Homem (FLUP) e Susana Medina (FEUP).

5. CONSELHO NACIONAL DE CULTURA, MINISTÉRIO DA CULTURA

Em 2011, o ICOM-Portugal esteve presente na única reunião da Secção de Museus e Conservação do Conselho Nacional de Cultura realizada no ano passado:

- 20 de Abril de 2011 (Museu Nacional do Azulejo)

Isabel Tissot representa o ICOM-Portugal (deve indicar-se que mais dois membros da Direcção do ICOM-Portugal integram esta Secção: Luís Raposo, como representante eleito da Rede Portuguesa de Museus e Marta Lourenço, como especialista convidada).

6. PROJECTOS

Em 2011, o ICOM-Portugal deu início à organização de uma base de dados de bibliografia sobre museus e museologia em língua portuguesa, com o apoio da Universidade Lusófona. A base de dados foi lançada na versão papel durante o VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa (*Listagem de Bibliografia Museológica*, Natália Correia Guedes (coord.), ICOM-Portugal, Lisboa, 2011), estando prevista também a sua disponibilização online.

7. DIRECÇÃO ICOM-EUROPA

O Presidente do ICOM Portugal foi eleito para a Direcção do ICOM EUROPA durante a Reunião que decorreu aquando da Assembleia-Geral do ICOM realizada em Xangai (8 de Novembro de 2010). A actual direcção ficou assim constituída: Damodar Frlan, Croácia (Presidente), Isabelle Benoit, Suíça; Bernard Blache, França; Karen E. Brown, Irlanda; Teti Hadjinicolaou, Grécia; Luís Raposo, Portugal; Janja Rebolj, Eslovénia (todos vogais).

Em 8 de Junho de 2011 teve lugar a primeira reunião da nova direcção, em Paris. Encontra-se em estudo a possível realização de uma actividade do ICOM Europa em Portugal.

8. EUROPEAN MUSEUM FORUM

Maria Vlachou, membro dos corpos gerentes do ICOM-Portugal, foi convidada, em Julho de 2011, para ser Correspondente Nacional do *European Museum Forum*.

9. VISITAS DO ICOM PARIS

Julien Anfruns, Director Geral do ICOM
Lisboa, 20-21 Setembro de 2011 (ICOM-CC e ICOM-UMAC)

Carlos Brandão, Comité Executivo
Lisboa, 26-27 de Setembro de 2011 (VI Encontro ICOM-CPLP)

10. COLABORAÇÃO COM O GAM (Grupo para a Acessibilidade nos Museus)

Em 2011 deu-se início ao estudo de avaliação da relação do público sénior com os museus. Com ele, pretende-se elaborar uma base de reflexão sobre as necessidades específicas dos seniores, de forma a orientar programações museológicas e, de um modo mais lato, programações culturais, tendo em vista este público específico. O estudo envolve a realização de inquéritos junto de visitantes seniores, *focus groups* dentro e fora de museus, inquéritos aos museus da RPM e entrevistas com directores de museus.

A iniciativa é promovida pelo GAM - Grupo para a Acessibilidade nos Museus em parceria com o ICOM Portugal e é financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Os resultados serão apresentados em Novembro 2012.

No âmbito desta parceria, o ICOM-Portugal também prestou apoio logístico e de organização ao 6º Seminário Anual do GAM, que se realizou no dia 17 de Outubro de 2011, na Fundação Portuguesa de Comunicações, em Lisboa.

11. ACTIVIDADES REGULARES

A. Assembleias Gerais

Assembleia Geral Ordinária, com eleição de novos corpos gerentes 2011-2013 (ver ponto 11), 28 de Março de 2011, Museu das Comunicações, Lisboa.

B. Participação em reuniões e encontros

O ICOM-PT participou em 2011 nas seguintes reuniões e encontros nacionais e internacionais:

Reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, Ricardo França Jardim
Sobre o património hospitalar e a declaração do ICOM-PT *Preservação e Valorização do Património da Saúde na Colina de Santana, Lisboa* (Janeiro de 2011)
2 de Fevereiro de 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo.

Reunião com o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Salgado
Sobre o património hospitalar e a declaração do ICOM-PT *Preservação e Valorização do Património da Saúde na Colina de Santana, Lisboa* (Janeiro de 2011)
1 de Março de 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo.

Reuniões várias do National Organising Comittee do ICOM-CC
Entre Janeiro e Setembro de 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo.

Reunião Conjunta das Direcções ICOM-PT e APOM
23 de Março de 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo e Graça Filipe | APOM representada por João Neto e António Nabais.

ICOM-Internacional: XXIII Conferência Geral do ICOM, Paris (Assembleia Geral e Conselho Consultivo)
6-8 Junho de 2012
ICOM-PT representado por Graça Filipe

Reunião com a Direcção do IMC, João Brigola
22 de Julho de 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo e Graça Filipe.

Reunião informal (fechada) para discussão da situação dos museus portugueses
Museu Nacional de Arqueologia, 10 de Outubro de 2011
Participação de Luís Raposo, Raquel Henriques da Silva e outros convidados.

Reuniões com Grupos Parlamentares da Assembleia da República
A Declaração da Direcção do ICOM PT de Outubro de 2011 - *Os Desafios da Política de Museus em Tempo de Crise* – foi enviada para os órgãos de soberania e apresentada pessoalmente em audiências concedidas pelos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, em Novembro de 2011. Em particular, o Presidente do ICOM PT foi convidado e participou em audições das Direcções e Grupos Parlamentares do PSD, PCP e BE, visando tomarem conhecimento das posições de associações e individualidades sobre as diversas áreas das políticas culturais.

Apresentação do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha
Batalha, 5 de Dezembro de 2011
Participação de Luís Raposo

Entrega de Prémios APOM
12 Dezembro 2011, BES-Art, Lisboa
ICOM-PT representado por Luís Raposo

Fundação EDP Ilumina o Património
O ICOM PT foi convidado e integrou o júri do Programa "FUNDAÇÃO EDP ILUMINA O PATRIMÓNIO", Subprograma património eléctrico nacional, Edição 2011
ICOM-PT representado por Luís Raposo

C. Reuniões da Direcção ICOM-PT

5 de Março de 2011 (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa)
12 de Maio de 2011 (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa)

16 de Setembro de 2011 (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa)
14 de Dezembro de 2011 (Museu de Ciência da Universidade de Lisboa)

D. Relações com ICOM-Paris

Correntemente, o ICOM-PT envia novos membros para o ICOM Internacional bem como uma percentagem das quotas anuais (75%) e relatórios sobre projectos e outras actividades. Do ICOM Internacional, o ICOM-PT recebe informações relativas à gestão de membros, quotas, reuniões, bem como às mais diversas actividades da organização, que distribui pelos membros portugueses.

Durante 2011, para além das relações se terem intensificado substancialmente devido à organização das três conferências internacionais de Setembro (ICOM-CC, ICOM-UMAC e ICOM-CPLP), o ICOM-Portugal também encaminhou para a Directora de Programas do ICOM Internacional os seguintes assuntos:
- Roubo de chifres de rinocerontes no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, Junho 2011, para divulgação;
- Possível publicação de um volume da série 'One Hundred Missing Objects' a azulejos portugueses roubados, todo o ano de 2011.

Para além disso, Marta Lourenço efectuou, a pedido do ICOM, uma entrevista a uma candidata do Programa Europeu Leonardo da Vinci (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) a um estágio no Secretariado de Paris; 30 de Agosto de 2011.

E. Dia Internacional dos Museus
Tema 2011: Museus e Memória
18 de Maio
Como é habitual, o ICOM-PT disponibilizou espaço na página para os museus portugueses divulgarem os seus programas.

F. Auditoria de Contas
Em 2011, o ICOM-Portugal solicitou uma auditoria independente às contas, realizada no primeiro trimestre.

G. Outras Actividades Quotidianas
Remodelação integral e apresentação pública do site do ICOM-PT
Manutenção e actualização das bases de dados.
Correspondência e arquivo.
Manutenção e gestão das contas e tesouraria.
Organização do arquivo semi-corrente, corrente e histórico.
Gestão dos endereços info@icom-portugal.org (Isabel Tissot), admin@icom-portugal.org (Marta Lourenço) e direccao@icom-portugal.org (Luís Raposo)
Divulgação regular de informação sobre as actividades do ICOM para a lista de membros e para a lista MUSEUM

12. NOVOS MEMBROS

Em 2011 inscreveram-se 40 novos membros no ICOM, dos quais 28 de categoria Regular, 11 de categoria Estudante e um novo membro Aposentado.

13. APOIOS

Em 2011, e para além de todos os convidados e oradores presentes nos debates e encontros, o ICOM-PT agradece às seguintes instituições, sem as quais não teria sido possível a realização das actividades que constam deste Relatório:

Agência Nacional PROALV
Câmara Municipal de Cascais
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Lisboa/EGEAC
Câmara Municipal de Loures
Câmara Municipal do Seixal
Comissão Nacional da UNESCO
Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação EDP
Fundação Millenium BCP
Fundação Oriente
Fundação Paula Rego/Casa das Histórias de Paula Rego
Fundação Portuguesa das Comunicações
ICOM-Internacional
Instituto dos Museus e da Conservação
Mapa das Ideias
Museu da Cerâmica de Sacavém
Museu de Ciência da Universidade de Lisboa
Museu das Comunicações
Museu Nacional de Arte Antiga
Museu Nacional de Etnologia
Museu Nacional Soares dos Reis
Sistemas do Futuro
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)
Universidade de Lisboa
Universidade Lusófona

Nota: Não se encontram aqui referidos, por serem demasiados, os apoios à organização do Encontro do ICOM-CC.

14. CONTAS

Ver Relatório próprio correspondente às contas de 2011, bem como parecer do Conselho Fiscal.

15. QUEM SOMOS

Foram eleitos, em 28 de Março de 2011, os novos corpos gerentes do ICOM-Portugal para o triénio 2011-2013. Os resultados foram:

Mesa da Assembleia Geral: **Silvana Bessone**, Museu Nacional dos Coches (Presidente), **Maria Vlachou**, Teatro S. Luiz (Vice-Presidente), **Maria do Rosário Azevedo**, Museu Gulbenkian (1ª Secretária) e **José Manuel Oliveira**, Casa-Museu de Camilo (2º Secretário).

Conselho Fiscal: **Clara Vaz Pinto**, Museu Nacional do Traje (Presidente), **Manuela Oliveira Martins**, Museu do Oriente (Vogal) e **Francisco Pedroso de Lima**, Museu de Angra do Heroísmo (Vogal).

Direcção: **Luís Raposo**, Museu Nacional de Arqueologia (Presidente), **Marta Lourenço**, Museus da Universidade de Lisboa (Secretária), **Isabel Tissot**, Archeofactu (Tesoureira), **Graça Filipe**, Ecomuseu Municipal do Seixal (Vogal) e **Paula Menino Homem**, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Vogal).

Direcção ICOM-Portugal
Dezembro 2011

16. Anexos

Documentos produzidos, bem como alguns encontros realizados, a título meramente exemplificativo.

Toda a documentação que fundamenta este relatório encontra-se no Arquivo e Centro de Documentação do ICOM-Portugal e pode ser consultada mediante pedido prévio.

Preservação e Valorização do Património da Saúde na Colina de Santana, Lisboa

A Colina de Santana constitui o maior e mais importante conjunto de património da medicina e saúde do nosso país. Desde a leprosaria de São Lázaro no século XIV que ali se encontram instalados hospitais e instituições de saúde e medicina. Ali foi estabelecido o primeiro grande hospital português, o Hospital Real de Todos os Santos (1492), bem como o Hospital Real de São José (1775), que ocupou as instalações do antigo Colégio de Santo Antão-o-Novo. Também a Colina de Santana foi a escolhida para o reordenamento dos hospitais no século XIX, muitos deles instalados em antigos conventos, como o Hospital do Desterro (1857), Arroios (1892), Santa Marta (1903) e Capuchos (1928), bem como outros construídos de raiz, como o Hospital de D. Estefânia (1877) e o Hospital de Miguel Bombarda (1848).

Para além disso, a Colina foi também o local onde nasceu o ensino da medicina em Lisboa, com a criação da Escola Médico-Cirúrgica (1836) – Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa desde 1911 – que utilizou os Hospitais de São José e Santa Marta como hospitais escolares. Ainda hoje, a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa continua esta tradição de formação no Campo de Santana. Associados quer aos hospitais quer à Escola, foram também criados na Colina de Santana, durante os séculos XIX e XX, importantes institutos de investigação e ensino como o Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana (1892), o Instituto de Medicina Legal (1879), o Instituto Central de Higiene (1899) e o Instituto Oftalmológico Gama Pinto (1889).

No conjunto dos seus cerca de doze unidades patrimoniais, a Colina preserva a memória desta longa história, seja nos magníficos edifícios, muitos deles raros no contexto europeu, seja nas vastas colecções de instrumentos e equipamento científico, ceras anatómicas, pintura e escultura, arquivos e bibliotecas históricas e um património de azulejaria único no país. A maioria destes pólos são tutelados pelo Ministério da Saúde. Alguns encontram-se já classificados, como o núcleo histórico do Hospital de São José, o Hospital de Santo António dos Capuchos, o Hospital de Santa Marta e, muito recentemente, o que saudamos, o Balneário de D. Maria II e o Pavilhão de Segurança do Hospital Miguel Bombarda.

Apesar da sua importância e singularidade, este património é ainda, em larga medida, desconhecido do público e da comunidade museológica portuguesa. Apesar do considerável trabalho de inventário e estudo, o património da saúde da Colina de Santana carece igualmente de enquadramento institucional no âmbito das diferentes tutelas, bem como um plano integrado e multidisciplinar de preservação, musealização e acessibilidade.

A Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (ICOM Portugal) tem vindo a acompanhar, com crescente preocupação, as notícias públicas acerca dos planos existentes para a desactivação dos Hospitais Civis de Lisboa, formalmente já extintos, com a simultânea alienação pública dos seus espaços, que incluem este património de inestimável valor nacional e internacional.

O processo de desativação levanta muitas dúvidas que carecem de resposta por parte do Ministério da Saúde, como absolutamente se impõe em vivência democrática. O ICOM Portugal considera que, dada a magnitude do que está em causa e a suas profundas implicações, importa abrir um debate sobre o fundo da questão, ou seja, a entrega de bens do Estado de valor cultural relevante, classificado e propriedade de todos, à gestão empresarial pública, para subsequente alienação a privados.

Todavia, o debate indicado não deve fazer tardar a adopção de orientações e a tomada das seguintes medidas concretas que entendemos revestirem carácter imperioso e urgente:

1º Reabertura ao público do Museu Miguel Bombarda, cujo imóvel foi recentemente classificado de interesse público, com a continuação do importante trabalho que tem vindo a ser feito de estudo, preservação e divulgação dos seus acervos.

2º Inventário sistemático de todas as colecções de bens culturais móveis dos antigos Hospitais Civis de Lisboa; neste âmbito, saudamos as iniciativas já tomadas do estabelecimento de protocolos para o efeito com equipas universitárias e outras, nomeadamente através do recurso a projectos patrocinados pela FCT;

3º Inventário sistemático dos bens culturais imóveis, arquitectónicos e artísticos, tomando como referência o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Instituto de História de Arte da Universidade de Lisboa no riquíssimo património azulejar dos Hospitais de S. José, Santa Marta, Santo António dos Capuchos e que deverá ser extensivo ao Hospital Miguel Bombarda;

4º Estabelecimento, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e com as faculdades de arquitectura de um plano urbanístico e de valorização patrimonial integrado para a Colina de Santana com respeito pela sua memória histórica enquanto "colina da saúde" e potenciador da qualificação da paisagem urbana da zona;

5º Estabelecimento de *termos de referência* claros e específicos para as condições futuras de uso e valorização a serem observadas em cada um dos recintos dos antigos Hospitais Civis de Lisboa;

6º Criação de unidades museológicas, respeitando os respectivos "espíritos de lugar", materializados nos acervos que por vicissitudes várias acabaram por lhes ser afectos; desejavelmente, a identidade museológica de cada recinto, deveria ser concebida na perspectiva da constituição de um programa museológico descentralizado e integrado, tendo como unidade nuclear o antigo Colégio de Sto. Antão-o-Novo, no actual Hospital de S. José.

Até que estas condições sejam cumpridas consideramos inaceitável a adopção de quaisquer medidas irreversíveis em termos de alteração ou destruição de estruturas edificadas ou de "abate à carga" de bens.

Constituiria um intolerável acto lesivo da nossa memória colectiva, pretender avançar no processo de extinção dos Hospitais Civis de Lisboa sem atender à densidade e riqueza do património cultural e histórico neles contido, parcialmente já reconhecido de interesse público. Ao contrário de um problema, como parece estar a ser considerado, este património possui condições para "fazer cidade" no mais amplo sentido da palavra, ou seja, para simultaneamente qualificar Lisboa e promover a cidadania.

A Direcção do ICOM-Portugal

Os desafios da política de museus em tempos de crise

Vão decorridos cerca de dois anos sobre a emissão da nossa Declaração "Os museus portugueses no início da segunda década do século XXI. Desafios para a XI Legislatura" (http://www.icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis(1).pdf). Nela procedíamos a um balanço da evolução dos museus portugueses desde o início da década de 1990 do século passado – limite escolhido um tanto arbitrariamente, para sermos sintéticos, mas que poderia e porventura deveria recuar mais no tempo, pelo menos até ao início dos anos 1980, quando se extinguiu a antiga Direcção-Geral do Património Cultural, como aliás veio recentemente a fazer Natália Correia Guedes, a nosso convite, num texto que damos por adquirido para a nossa própria reflexão ("Museus Portugueses – 1980-2010"). Avançávamos com um diagnóstico de que resultou um conjunto de propostas que entendíamos poderem constituir uma espécie de "caderno de encargos" para a governação que então se iniciava.

Em dois anos não se modificaram as perspectivas de fundo traçadas; alteraram-se sensivelmente, no entanto, as variáveis do diagnóstico de curto prazo da situação dos museus portugueses. Fica tal a dever-se em grande medida, é certo, ao aprofundamento da crise financeira, económica e sobretudo social que o nosso País atravessa, a qual ninguém pode ignorar ou menorizar. Mas, neste domínio específico, fica sobretudo a dever-se à falta de audácia e de visão estratégica dos responsáveis pelas políticas governamentais para os museus, ou à sua subordinação a agendas objectivamente nocivas dos museus, dos seus acervos e dos seus públicos, fazendo-o ainda por cima dentro de um quadro de crescente autoritarismo, que inevitavelmente conduziu à degradação da relação com os profissionais, as instituições e o conjunto das comunidades do sector, tendo-se atingindo situações próximas da total incapacidade de manutenção de diálogos úteis.

Importa ultrapassar este quadro lamentável o mais rapidamente possível. A mudança de ciclo governativo, pressionado por reformas estruturais que inevitavelmente conduzirão a uma nova configuração do relacionamento entre os cidadãos e os serviços do Estado, pode constituir uma oportunidade para o efeito. É este o sentido do presente documento.

Na Declaração de Novembro de 2009 alinhávamos um conjunto de medidas que em nosso entender deveriam ser tomadas a curto e médio prazo. Verificamos agora que apenas uma foi concretizada. Referimo-nos à efectiva implantação e funcionamento regular da Secção de Museus e da Conservação do Conselho Nacional de Cultura, mantendo a composição democrática herdeira do Conselho de Museus previsto na Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Do lado positivo do balanço dos últimos anos devem ainda referir-se progressos estimáveis, embora nem sempre consolidados, em situações pontuais, como sejam as do estabelecimento de protocolos com a FCT para efeitos de estágios e estudos de pós-graduação em museus.

Mas todas as outras medidas de fundo por nós sugeridas conheceram recuos significativos e permanecem por isso como agenda para o futuro. Além disso, acrescentaram-se novas variáveis inquietantes, algumas das quais já na presente governação. Esta, agora de novo sob a forma de Secretaria de Estado da Cultura (SEC), no que em si mesmo nos parece constituir um recuo lamentável, tem vindo a causar-nos crescente apreensão, tanto pelos (poucos) actos e proclamações já realizados, como pelos silêncios e pela falta de comunicação que parece acentuar

a degradação herdada do antecedente. Importa, neste particular e na data em que este documento é redigido, assinalar a ausência de diálogo por parte da actual SEC com a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, como se tivéssemos passado de uma situação de diálogos inúteis para uma situação de mudez absoluta.

Revisitemos, pois, as nossas propostas, retendo delas as que nos parecem de maior actualidade, pelos desenvolvimentos entretanto ocorridos:

1. Política Nacional de Museus

Garantia de funcionamento regular de um órgão de consulta do Governo em matéria de política de museus, de composição socialmente representativa e tecnicamente qualificada. Elaboração da Política Nacional de Museus e do Plano Nacional de Museus.

Como noutros sectores da vida social em que existem cumulativamente fortes sentimentos de pertença e mobilização cidadã e elevados requisitos científicos e técnicos, os fundamentos democráticos de políticas desejavelmente sustentadas a longo prazo, capazes por isso de ultrapassar o plano da geometria variável que é dada por maiorias parlamentares e governativas circunstanciais, devem estar ancorados numa constante e profunda auscultação da chamada "sociedade civil" organizada, seja por vias informais seja pela constituição e convocatória de organismos de consulta credíveis, quer dizer, tecnicamente habilitados, socialmente representativos e independentes.

Neste quadro consideramos positivo que o Programa do XIX Governo Constitucional anuncie a necessidade de assumir a manutenção e a valorização dos museus, a promover com as Autarquias, as Escolas e a Sociedade Civil. Mas perguntamo-nos como será, de facto, concretizada esta intenção, qual o lugar que o Estado reserva para si e qual o papel que entende devem assumir os restantes parceiros.

A reflexão e a decisão sobre este tipo de matérias carecem, como se disse, de ampla participação cidadã, expressa por diversas vias, entre as quais a de órgãos independentes e qualificados para o efeito. Tal era o caso do Conselho de Museus criado pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses; tal era ainda, ou é, caso da Secção de Museus e da Conservação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), na qual se mantém, ou manteve, a composição democrática herdeira do Conselho de Museus. Nestes termos, consideramos imperioso ser esclarecido qual o futuro do organismo de consulta do Governo em matéria de política de Museus. Poder-se-á, em nosso entender, manter a actual Secção do CNC, com reforço da sua composição democrática e das suas competências. Mas consideraríamos porventura ainda mais adequada a efectiva implantação do Conselho de Museus criado por Lei da Assembleia da República.

Uma das principais atribuições do órgão consultivo acima referido deve ser a de dar parecer, ou até contribuir para a elaboração de uma Política Nacional de Museus integrada, quer dizer, envolvendo organismos do Estado (Central, Regional e Local), entidades privadas, movimento associativo e cidadãos em geral. No plano do Estado Central, importa que tal Política seja vincadamente interdepartamental, reunindo pelo menos os contributos das áreas da Cultura, da Educação e da Economia, neste caso especialmente do Turismo, concebendo o património e os museus como recursos de desenvolvimento.

É decisivo em toda esta construção envolver também os directores e responsáveis técnicos dos museus. São eles, juntamente com as respectivas equipas, quem conhece melhor a realidade no terreno, constituindo agentes indispensáveis na aplicação de quaisquer orientações e planos globais. Este envolvimento passa em grande medida pelo relançamento e reforço da Rede Portuguesa de Museus.

Finalmente, é preciso considerar a dimensão da internacionalização dos museus portugueses, tanto na perspectiva da qualificação e valorização dos seus quadros técnicos, como na

da maior difusão internacional dos acervos e da inserção de Portugal em circuitos de itinerância de exposições e de outras actividades de natureza museal. Seria muito desejável que o centro de gravidade da cooperação internacional se transferisse cada vez mais para dentro dos próprios museus, deixando aos organismos centrais o papel de mediadores ou potenciadores de parcerias.

2. Rede Portuguesa de Museus

Manutenção e reforço da Rede Portuguesa de Museus (RPM), autónoma, devidamente enquadrada organicamente na futura DGPC. Continuação dos programas técnicos e financeiros de apoios aos museus da RPM. Constituição, dentro da RPM, de subredes de base geográfica e temática. Implementação do sistema de "núcleos de apoio" dentro da RPM. Manutenção do sistema nacional de credenciação de museus, através da RPM.

Lê-se no Programa do XIX Governo Constitucional que "no prazo de um ano, o Governo apresentará a sua proposta para uma nova estratégia da Rede de Museus". Não é claro, e requer esclarecimento, qual o entendimento aqui dado à expressão "Rede de Museus": Apenas os museus dependentes da SEC? Os museus do Estado Central? Os museus integrantes da Rede Portuguesa de Museus (RPM)? Todos os museus portugueses? Desejamos, porém, entender que se refira aqui a RPM – o que nos parece importante, por se tratar de matéria que justifica ser expressamente mencionada em Programa de Governo.

Criada em 2000 e formada actualmente por 137 museus (a maioria dos quais de tutela municipal), a RPM tem provas dadas na melhoria da qualidade dos museus portugueses, a ponto de representar uma das mais bem sucedidas políticas de museus realizadas no nosso País, em regime democrático, não obstante o empobrecimento conceptual e operacional a que esteve sujeita nos últimos anos. A RPM constitui igualmente uma referência no contexto internacional, quer do ponto de vista do modelo organizativo, quer do ponto de vista dos estudos académicos. Deve por isso constituir uma prioridade governativa.

Neste sentido, entendemos que devem ser retomados os princípios em que se baseou a RPM, que tiveram tradução na Lei-Quadro dos Museus Portugueses: livre adesão, não hierarquização e independência. A RPM deve continuar a ser, sobretudo, uma plataforma *interpares*, mutuamente vantajosa, com planos de actividades aprovados e avaliados colectivamente pelo plenário dos responsáveis dos museus integrantes. Aos serviços da Administração Central, neste caso da SEC, deve competir o secretariado de retaguarda, o suporte técnico quando necessário e a disponibilização dos meios financeiros necessários às acções de qualificação dos museus, definidas no quadro da Política Nacional de Museus.

Atentas as características da Administração Pública, é decisivo que a estrutura central da RPM, dotada de um quadro técnico mínimo, mas qualificado e mobilizado, como tem sido o caso desde a sua constituição, possua identidade orgânica própria. Neste sentido, a anunciada criação de uma Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) suscita-nos, para além das dúvidas que serão apresentadas no ponto seguinte, grande reserva quanto à forma como integrará a estrutura central da RPM no seu seio, quanto ao estatuto, à autonomia e à capacidade operacional que lhe estarão reservados.

Por outro lado, é urgente obter esclarecimentos quanto aos programas de apoio aos museus integrantes da RPM. Consideramos essencial manter e reforçar os programas de formação de pessoal e de apoio técnico e financeiro, em particular o Programa ProMuseus, aproveitando neste caso para corrigir recuos significativos ocorridos, seja em matéria de periodicidade e de capacidade financeira, seja até em matéria de avaliação e selecção independente de candidaturas.

Perguntamo-nos também se vai ser dada continuidade ao processo de aprofundamento da RPM, que vinha sendo seguido até há alguns anos e que entretanto foi interrompido. Referimo-nos em concreto ao apoio à instituição de sub-redes, de âmbito geográfico e de âmbito temático, e à

efectiva instituição de um sistema de "núcleos de apoio", conforme aliás determina a Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Este sistema é essencial à continuidade e melhoria do apoio, por parte da Administração Central, à gestão técnica de museus e projectos de museus um pouco por todo o País, sendo certo que as actuais Direcções Regionais de Cultura (DRCs), conforme adiante se indica, não somente não estão em condições de o executar, como de facto não devem possuir esse tipo de missão, no que constituiria uma redundância injustificável em relação à RPM.

Finalmente, importaria que fossem mantidos os altos padrões de exigência no que respeita à credenciação de museus a integrar na RPM, conforme determina a legislação em vigor. Estes padrões deveriam aliás decorrer da Política e do Plano Nacional de Museus, respeitando em absoluto a definição internacional de museus, adoptada pelo ICOM, vertida e adaptada na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, tendo especialmente em conta aspectos tais como a personalidade jurídica, a direcção e o quadro técnico habilitado, próprio e a tempo inteiro, o inventário, o plano de conservação de colecções e a programação, na perspectiva da acção social e educativa.

3. Direcção-Geral do Património Cultural

Clarificação das competências, estrutura e do grau de autonomia financeira da DGPC. Garantia de identidade orgânica própria dos serviços centrais de museus dentro da DGPC. Aprofundamento da autonomia estratégica (técnica, administrativa e orçamental) dos Museus tutelados pela DGPC, conforme linha de orientação consistentemente durante muitos anos e interrompida recentemente. Clarificação das relações funcionais a estabelecer entre a DGPC e as DRCs, no pressuposto da actual inadequação destas, para a gestão de Museus. Ampla discussão participada acerca da eventual reconfiguração da rede de museus da DGPC.

Referíamos na nossa declaração de 2009 a necessidade da "definição da rede de museus nacionais, identificando eventuais faltas" e ainda do "reordenamento museológico (de tutelas de museus e de colecções), com especial prioridade à reconfiguração da rede de museus do Ministério da Cultura, seja por transferência da tutela de alguns para as autarquias, seja pela incorporação de museus actualmente subordinados a outras tutelas, desde que os mesmos revistam claramente âmbito nacional e correspondam a equilibrada representação geográfica e temática".

Não se verificaram no entretanto alterações verdadeiramente substanciais relativamente ao que propúnhamos, não obstante o "ruído de superfície" decorrente do anúncio pelo anterior Governo da alienação de alguns museus do IMC,IP para as autarquias, intenção de que veio subsequentemente a desistir, e da transferência de alguns outros para as Direcções-Regionais de Cultura (DRCs).

As nossas inquietações a este respeito avolumaram-se quando recentemente se tornou pública a decisão da criação de uma Direcção-Geral do Património Cultural, resultante da fusão entre IGESPAR.IP, IMC,IP e DRC de Lisboa, no que aparentemente representa um recuo orgânico de mais de três décadas.

Com efeito, o modelo de Direcção-Geral parece ser inadequado para a tutela dos museus e, em geral, de bens patrimoniais que disponham de gestão própria, à qual se pretenda conferir grande autonomia. Torna-se, por isso, urgente esclarecer de que forma será salvaguardada e valorizada a especificidade dos museus na nova mega-estrutura, à qual é forçoso conferir pelo menos o mesmo grau de autonomia financeira de que beneficia o IMC,IP. Convém precisar que os museus não constituem meros "serviços desconcentrados" da Administração Central, mas sim *unidades orgânicas homogéneas*, dotadas de personalidade e estatutos próprios, devendo atribuir-se às suas direcções a capacidade de definição e execução de estratégias e programações, com a inerente garantia de gestão de recursos financeiros, tanto por via das dotações e transferências do orçamento do Estado, como pela arrecadação de parte das receitas geradas pelos museus, seja sob a

modalidade de contrato-programa, de consignação de receita a projectos ou outra entendida administrativamente viável.

Seguidamente, importa clarificar qual a relação dos serviços centrais da futura DGPC com os museus tutelados, na perspectiva do aprofundamento da autonomia estratégica (técnica, administrativa e orçamental) destes últimos, a exemplo do que tem sido a tendência praticada em diferentes países europeus desde há duas décadas a esta parte. Regressar-se-ia, aliás, a orientações que tinham feito o seu caminho e começavam a dar frutos, quando foram interrompidas há dois anos, sem qualquer tipo de consulta ou reflexão estratégica. Na mesma linha de raciocínio, importa esclarecer se se considera o encerramento e/ou a fusão de museus do actual universo IMC, e quais em concreto.

Aos museus que vierem a ser tutelados pela DGPC deve ser garantido orçamento e quadro de pessoal próprios, assim como a capacidade de arrecadação e gestão de certo tipo de receitas. A alguns desses museus, que para tal se proponham, deve ainda ser facultada a possibilidade de estabelecimento de contratos-programa plurianuais, conduzidos por princípios idênticos aos que levam o Estado a contribuir para alguns museus fundacionais, pondo cobro à situação iníqua de investimentos gritantemente díspares, com benefício dos museus de gestão privada e grave prejuízo dos museus nacionais, de gestão pública.

A criação da nova DGPC é feita num quadro de extinção da DRC de Lisboa e do anunciado reforço de competências das restantes DRCs. Impõe-se esclarecer quais as relações a estabelecer entre estes organismos e se do reforço das DRCs fará parte a tutela de alguns museus do actual IMC,IP, retomando os conceitos da anterior governação. Independentemente de considerarmos esta opção potencialmente negativa do ponto de vista técnico (por falta de qualificação para a tutela de museus) e do ponto de vista político (a maior parte dos museus de âmbito regional do IMC,IP constituem projectos cívicos dificilmente acomodáveis ao perfil de comando central das DRCs), é necessário que as opções a tomar se baseiem num diagnóstico sistemático e coerente, reconhecendo a diversidade da realidade museológica e o papel social dos museus, assim como em estudos de custo/benefício claros e convincentes, demonstrando nomeadamente as poupanças que daí advirão para o Estado. Em matéria tão sensível, é ainda indispensável a audição dos responsáveis dos museus e das associações suas representativas, sendo certo que qualquer deriva autocrática conduzirá inevitavelmente a suspeições que enfraquecerão, ou até inviabilizarão, o objectivo maior da reorganização museológica pretendida. A mesma problemática se coloca caso se considere a mudança de tutela de museus para outras entidades, designadamente autarquias, empresas municipais, ou outras entidades públicas ou privadas.

Interessa, finalmente, aproveitar a oportunidade decorrente da existência de uma nova estrutura da Administração Central para fazer a avaliação do trabalho desenvolvido pela anterior. Referimos em especial a necessidade de elaboração de um plano de investimento técnico dos sistemas de informação, digitalização, gestão e difusão de colecções (potenciando a circulação e o reordenamento de colecções móveis), com base no investimento já feito, de que é exemplo o conjunto de ferramentas e produtos de marca Matriz.

4. Situação dos profissionais dos museus.

Repovoamento dos museus portugueses, aproveitando a elevada qualificação dos jovens formados pelas universidades. Renovação dos contratos de prestação de serviços técnicos nos museus e nos serviços centrais do IMC,IP e futura DGPC.

O despovoamento dos museus da actual SEC, constitui um dos traços mais nefastos da evolução ocorrida em anos recentes. A aposentação de muitos profissionais de museus, ao longo da última década, associada ao congelamento de entradas na Administração Pública, conduziu a uma situação claramente deficitária em matéria de recursos humanos.

No ano corrente este quadro atingiu níveis de alarme, por colocarem em risco a conservação e a segurança dos acervos nacionais. Importa, por isso, tomar medidas de emergência, nomeadamente através da renovação dos contratos com os técnicos de diversas especialidades que, por vezes com mais de uma década de vinculação contínua aos museus ou aos serviços centrais dos museus, viram o seu trabalho interrompido no segundo semestre do ano corrente e daqueles que estão na eminência de lhes acontecer o mesmo, durante os próximos meses.

Torna-se necessário encontrar formas de reintrodução das valências de cada especialidade dentro do leque de carreiras profissionais dos museus. A actual situação de amálgama resultante da reforma do sistema de carreiras da Administração Pública é incompatível com as recomendações gerais do ICOM, designadamente através do Comité Internacional do ICOM para a Formação dos Profissionais de Museus (ICTOP), e conduzirá inevitavelmente, a prazo, a importantes prejuízos para o bom desempenho das funções museológicas que aos museus cumpre salvaguardar.

Uma linha de acção que deveria ser especialmente incentivada é a realização de estágios profissionais, com a subsequente possibilidade de celebração de contratos mediante quotas bem definidas, para os jovens estudantes de pós-graduação em museologia ou em outras disciplinas adequadas a cada museu concreto, programa que poderia resultar da celebração de protocolos para o efeito entre as áreas da Cultura e da Educação. Na impossibilidade de contratação directa de novos profissionais, deveria ainda tomar-se medidas potenciadoras do empreendedorismo, através da criação de Pequenas e Médias Empresas (PME) por jovens detentores de títulos académicos de pós-graduação, actualmente muito subaproveitados, sugerindo a sua intervenção nas áreas pedagógicas dos Museus, restauro de colecções, na preparação e montagem de exposições, enfim em todos os domínios em que a sua contribuição pudesse ser útil e constituísse até uma mais-valia pelas suas capacidades técnicas, entusiasmo e poder criativo.

5. Rede de recursos e serviços de Conservação e Restauro.

Revisão e consolidação da rede nacional de recursos e serviços de Conservação e Restauro, reforçando a sua ligação à RPM. Garantia da operacionalidade dos serviços centrais de conservação e restauro (herdeiros do antigo Instituto José de Figueiredo) e dos departamentos da área existentes em museus da DGPC.

O domínio da conservação e restauro deve merecer particular atenção, quer ao nível das estruturas centrais, quer ao nível dos recursos instalados em cada museu da SEC.

A configuração de uma rede nacional de recursos e serviços de conservação e restauro, deve decorrer da Política Nacional de Museus, sendo validada pelos organismos consultivos do Estado e estar, do ponto de vista operacional, ancorada nos serviços da futura DGPC e dos museus dependentes, assim como no conjunto da RPM. Neste âmbito, torna-se necessário proceder ao balanço da actuação anterior nesta matéria, tornando-a porventura mais inclusiva do ponto de vista universitário e institucional, e melhor alicerçada na realidade dos recursos disponíveis nos serviços centrais e nos museus da SEC e da RPM em geral. O reforço de ambos constitui condição vital de sucesso desta rede.

A capacidade operacional dos serviços centrais de conservação e restauro, herdeiros do antigo Instituto José de Figueiredo, constitui uma preocupação central de todos os que se interessam pelos acervos dos museus portugueses e em geral pelas colecções materiais móveis. A situação actual, de quase paralisia de algumas áreas de especialidade, por ausência de quadros técnicos, deve ser corrigida a curto prazo, sob risco de danos e perdas irreversíveis para o património nacional.

6. Transferência de tutela de palácios ou museus nacionais para entidades de direito privado.

Definição dos termos da concessão a sociedades de direito privado, mesmo que de capitais públicos, da gestão de museus e palácios nacionais, tendo em conta os equilíbrios gerais que importa garantir. Revisão da situação de iniquidade existente no financiamento a museus de tutela fundacional e museus de tutela pública, nomeadamente, museus nacionais.

Num quadro de preocupações tão profundas, de carência gritante de meios humanos e financeiros, o actual Governo anunciou uma medida inesperada. Referimo-nos à transferência de tutela de dois Palácios Nacionais, Queluz e Sintra, para empresa de direito privado, embora de capitais públicos, a Parques de Sintra, Monte da Lua.

O carácter inédito desta iniciativa não nos permite, com os dados disponíveis, avaliá-la devidamente, sendo certo que não temos objecções de princípio à adopção deste tipo de enquadramento societário para a gestão de museus ou monumentos nacionais, desde que se preserve em absoluto a prossecução do interesse público, garantida através de posições de capital exclusivas ou amplamente maioritárias. Além disso, por muito que esta opção possa ser benéfica, no curto prazo, para os palácios e museus abrangidos e para os outorgantes da mesma, é forçoso garantir que dela não decorram prejuízos de monta para os restantes museus e palácios tutelados pela SEC, reproduzindo e amplificando a situação de iniquidade já existente em relação ao tratamento dado aos museus de tutela fundacional, face aos museus nacionais.

Assim, são muitas as interrogações nesta fase: Quais as orientações estratégicas existentes nesta matéria? Quais os seus limites conceptuais e operacionais? Quais os cadernos de encargos a exigir, ao nível do respeito pelas diferentes funções museológicas, com relevo para as de estudo e conservação dos acervos? Vão alienar-se os museus e palácios com maior potencial de gerarem receita, mantendo as instituições mais deficitárias? Já se estudaram as consequências orçamentais destas opções? Qual o estatuto das colecções dos museus transitados para outras entidades? Mantêm-se no domínio público? Quais as responsabilidades da DGPC no seu controlo e supervisão? Qual o estatuto dos profissionais dos palácios e museus alienados, depois da transição? Poderão optar pela sua manutenção no universo dos palácios e museus da SEC? Em que condições?

7. Novos museus e novas práticas.

Prioridade à melhoria das condições de existência dos museus actuais, antes de tomar a iniciativa da criação de novos museus, subordinando-a sempre à Política e ao Plano Nacional de Museus definidos pelos órgãos consultivos apropriados. Promoção de receita nos museus através de práticas diversificadas e não somente através da bilheteira, garantindo, neste caso, sistemas de gratuitidades compatíveis com a função social dos museus. Estudo da diversificação de horários em função de cálculo de custos-benefícios identificados caso a caso.

No Programa do XIX Governo Constitucional afirma-se a intenção de abordar a "rede nacional de Museus não numa perspectiva de criação de novas estruturas mas no sentido de optimizar os recursos existentes, valorizando a conservação, a investigação e a interacção com o público". Saudamos vivamente esta opção, que corresponde por inteiro ao que também nós propúnhamos na nossa Declaração de Novembro de 2009. Aguardamos, pois, com expectativa, conhecer qual o sentido concreto que a SEC pretende dar à declaração geral constante do Programa de Governo, sendo certo que estaremos sempre disponíveis para dar o nosso parecer e ajudar a encontrar soluções equilibradas para todas as situações existentes.

No mesmo Programa de Governo anuncia-se ainda a intenção de "revisão do regime de gratuitidade dos museus, diminuindo o período da sua aplicação" e de "promover a discussão sobre os seus horários de funcionamento". Não obstante o intenso ruído mediático gerado em torno desta matéria, consideramos que se trata de questões substancialmente periféricas relativamente às verdadeiras preocupações e prioridades dos museus portugueses, mormente os da SEC. Interessa, aliás, clarificar se as medidas a tomar neste âmbito se aplicarão somente aos museus tutelados pela futura DGPC ou, como parece mais coerente, a todos os museus que disponham de financiamento público, evitando discrepâncias incompreensíveis e que, na realidade, se traduzem na prática de concorrência desleal.

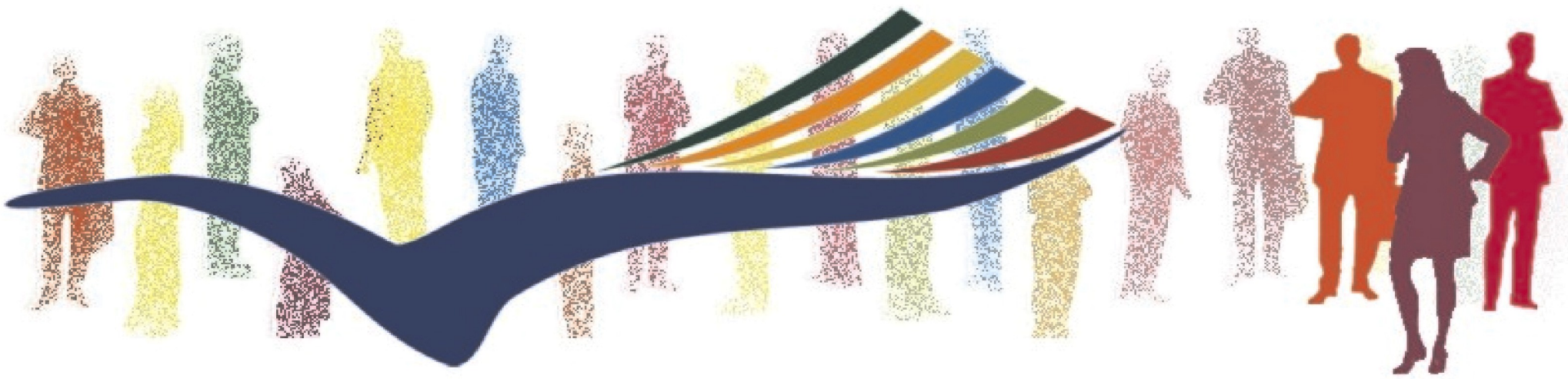
Quanto à questão da gratuitidade, mais ou menos ampla, nos museus públicos consideramos que são possíveis diversas abordagens, todas estimáveis, desde que conformes aos seguintes princípios básicos: (a) garantia de manutenção de períodos mínimos de gratuitidade, como é determinado na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Artº 55º, nº 4); atentas as especiais responsabilidades e importância nacional dos museus tutelados pela SEC, dificilmente se vê como se pode compatibilizar este princípio com a anunciada redução dos períodos de gratuitidade a quatro horas mensais, opção que podendo embora salvaguardar a letra, subverte o espírito da Lei; (b) incentivo da frequência dos museus por parte das gerações mais jovens, sobretudo em ambiente escolar – o que obriga à prática da gratuitidade dentro deste universo específico de visitantes; (c) consideração dos museus públicos como equipamentos sociais básicos, no mesmo plano das bibliotecas, dos arquivos ou do sistema escolar, retirando daí as consequências quanto à responsabilidade do Estado nos mesmos, garantindo o seu funcionamento através dos recursos financeiros cobrados aos cidadãos, por via dos impostos, com o abandono da procura de sustentabilidade ou rentabilidades totalmente irrealistas e impróprias do contrato social, qualquer que seja a formulação política concreta que o mesmo revista.

Nestes termos consideramos que a revisão da política de gratuitidades dos museus públicos deve ser objecto de grande ponderação, explorando-se preferencialmente, na realização de receita, linhas como as do pagamento, porventura acrescido, de exposições temporárias e de serviços complementares (audioguias, por exemplo). O reforço do sistema de loja, o aluguer de espaços e a realização de actividades paralelas (por exemplo, sessões de cinema, teatro e outras artes performativas) constituirão outras importantes fontes de receita. O mesmo se diga para o alargamento ou a diferenciação dos horários de abertura ao público, altamente desejável, mas onde importa, em cada caso, realizar estudos de custo-benefício, económicos e sociais, evitando tomar medidas ditadas por meras atitudes de voluntarismo cultural ou de contenção financeira.

A Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM

18 de Outubro de 2011.

ICOM PORTUGAL



ENCONTRO INFORMATIVO

O potencial do Programa
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA
para os Museus e os seus profissionais

9.00-9.30 | Recepção e Boas Vindas
10.00-11.30 | A Agência Nacional PROALV e as Mobilidades Profissionais
11.30-12.00 | Experiências
12.00-12.30 | Organização de *workshops* e de cursos de formação
12.00-12.45 | Acções de parceria

Almoço livre

14.30-17,00 | Espaço Aberto: discussão informal sobre as experiências e as potencialidades das Mobilidades Europeias.

Segunda - feira | 24 de Janeiro de 2011

Entrada livre (dentro dos limites de capacidade da sala)

Auditório do Museu de Cerâmica de Sacavém

Urbanização Real Forte
2768-145 Sacavém

Apoios de:

aA AGÊNCIA NACIONAL PROALV
PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Loures Câmara Municipal

Informações e inscrições:
Info@icom-portugal.org

ENCONTRO NACIONAL

SERVIÇOS EDUCATIVOS EM PORTUGAL Ponto da situação

Segunda-feira | 7 de Fevereiro de 2011 | Todo o dia

Auditório do Museu Nacional de Arte Antiga
Lisboa

Ficha de inscrição, programa, sinopses das comunicações e notas biográficas em
www.icom-portugal.com

Para mais informações
Adelaide Lopes
mnaa.adelaidelopes@imc-ip.pt

Organização:

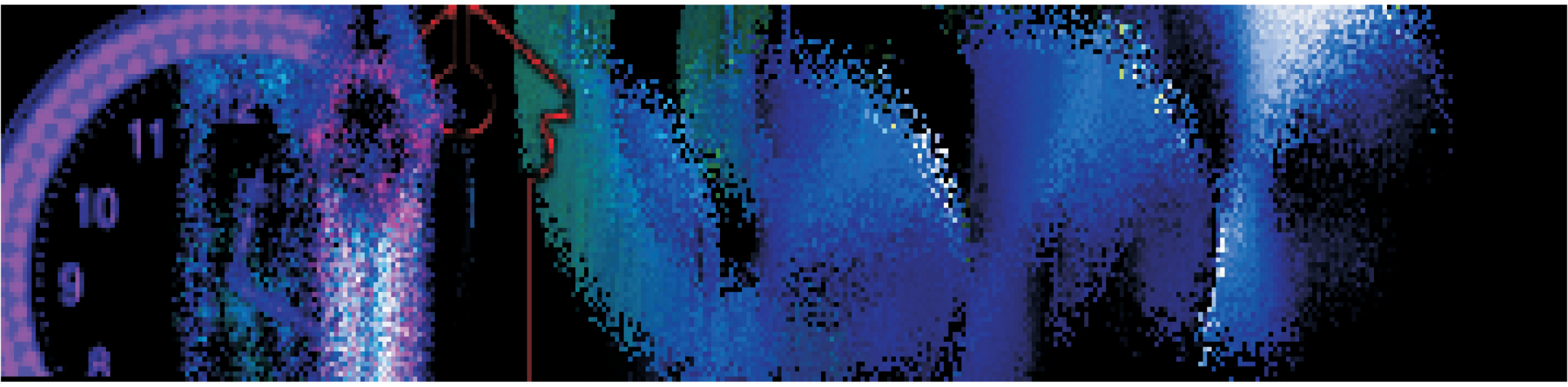
ICOM PORTUGAL

Apoio:

fundação edp

mnaa
Museu Nacional de Arte Antiga

ICOM
PORTUGAL



JORNADAS DO ICOM

Museus e Memória

Os objectos contam a vossa história

Informações e inscrições:
info@icom-portugal.org

Programa detalhado:
www.icom-portugal.org

Intervenções de:

Joaquim Pais de Brito,
Director do Museu Nacional de Etnologia

Dóris Santos,
Directora do Museu Dr. Joaquim Manso

Maria José Santos,
Directora do Museu do Papel Terras de Santa Maria

José Alberto Ribeiro,
Director da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves

Jack Lomaan,
Director do Museu de Londres

Apoio:

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

Museu das Comunicações

Segunda - feira | 28 de Março de 2011 | 9h30

MUSEU DAS COMUNICAÇÕES
Rua do Instituto Industrial, 16
1200-225 Lisboa

DEBATE

POLÍTICAS DE PATRIMÓNIO CULTURAL

BALANÇO RECENTE – PERSPECTIVAS PRÓXIMAS

2 DE MAIO DE 2011 · 18H00 · CINEMA S. JORGE, LISBOA

Convidados

FERNANDO BAPTISTA PEREIRA | JORGE CUSTÓDIO
JOSÉ AGUIAR | JOSÉ ARNAUD | LUÍS CAMPOS E CUNHA
LUÍS CALADO | LUÍS RAPOSO | NUNO VASSALO E SILVA
PAULO FERRERO | RAQUEL HENRIQUES DA SILVA
VÍTOR SERRÃO | WALTER ROSSA

ENTRADA LIVRE

ORGANIZAÇÃO DE:

ICOMOS COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA

ICOM PORTUGAL

PPCULT PLATAFORMA PELO PATRIMÓNIO CULTURAL

APOIO DE:

EGEAC